

COMPARATISMO SUL-SUL

SOUTH-SOUTH COMPARATISM

Ernani Silverio Hermes

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria - Brasil. Doutorando Letras na Universidade Federal de Santa Maria - Brasil. Bolsista CAPES.

E-mail: ernani.hermes@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0029-2627>

Resumo: Este artigo propõe uma discussão sobre literatura comparada na perspectiva do Sul Global. Isto é, transformar as pautas sobre o Sul Global em perspectivas de trabalho para a literatura comparada. Esse debate surge em um cenário de redimensionamento da disciplina em relação à tradição acadêmica herdada da Europa e dos Estados Unidos. A partir disso, o que se destaca é uma visão de comparatismo que contempla a análise de práticas culturais do Sul Global a partir de lentes teóricas também do Sul Global. Para tanto, em uma primeira seção discute-se a ideia de Sul Global contemplando considerações sobre decolonialidade a partir de Mignolo (2017), Quijano (2000) e Nascimento (2009), epistemologias do Sul em Boaventura de Sousa Santos (2019) e, na sequência, tais discussões são concatenadas ao comparatismo a partir de Spivak (2003), Schmitd (2005), Halim (2012), Abdala Junior (2012) e Dusse (2019).

Palavras-chave: Literatura Comparada; Sul Global; Comparatismo Sul-Sul.

Abstract: In this paper I propose a discussion on Comparative Literature in the perspective of the Global South. It means to transform the Global South agenda into perspectives of work to Comparative Literature. This debate raises in the scene of resizing of the discipline in relation to the academic tradition from Europe and the United States. Given this context, I point out a view of comparatism that embraces analysis of cultural practices from the Global South through theoretical lenses also from the Global South. To do so, in the first section I discuss the idea of Global South embracing discussions on decoloniality through Mignolo (2017), Quijano (2000), and Nascimento (2009), and epistemologies of the South in Boaventura de Sousa Santos (2019), and, in the sequence, such discussions are concatenated to comparatism through Spivak (2003), Schmitd (2005), Halim (2012), Abdala Junior (2012), and Dusse (2019).

Keywords: Comparative Literature. Global South. South-South Comparatism.

Comparative Literature must always cross borders

(Spivak, 2003, p. 16).¹

1 Introdução

Embora práticas e até mesmo discussões comparatistas pudessem ser vistas em séculos anteriores, como em Francis Meres ainda em 1598, a literatura comparada toma forma como uma disciplina acadêmica no contexto de expansão do campo científico europeu do século XIX. Logo, nasce e se desenvolve como uma ciência europeia. Ela não passa incólume pelo movimento de repensar as ciências humanas que se faz visível a partir da segunda metade do século passado e que toma folego até nossos dias. Refiro-me às desestabilizações epistemológicas que perspectivas teóricas não eurocêntricas causaram nas humanidades colocando a essa área a demanda de se repensar, de se reposicionar e de se rearticular com seus objetos, teorias e metodologias. Isto é, questionar os atravessamentos da colonialidade na dinâmica científica que faz as humanidades se abrirem a outras formas de pensar o mundo que não aquelas de base europeia.

Nos campos que têm a literatura como objeto, esse abalo sísmico nas estruturas epistemológicas fez irromper algumas perspectivas de trabalho. A primeira foi um movimento, sobretudo com base nos estudos culturais e pós-coloniais, de analisar textos literários que escapassem das literaturas nacionais europeias e daquelas literaturas que mesmo não sendo europeias ocupassem determinado posicionamento hegemônico em

¹ Tradução livre: "A literatura comparada deve sempre cruzar fronteiras".

seus contextos culturais, como é o caso da literatura norte-americana, ou pelo menos parte dela, no filão que ocupa uma posição de privilégio no sistema literário – escrita por homens brancos, heterossexuais, e que tem por mote vetores eurocêntricos –. Assim, houve, nesse primeiro movimento, o direcionamento do olhar para aquelas literaturas nacionais que estavam se estabelecendo como tal, ou seja, para a produção literária de nações que recém tinham conquistado sua independência dos impérios coloniais europeus, como por exemplo literaturas africanas, caribenhas, asiáticas e podemos considerar, de certo modo, a literatura latino-americana. Essa mirada é centrada unicamente no objeto de análise, uma vez que não se preocupa, necessariamente, em analisar esse objeto por uma voz teórica que também vem da margem. Um segundo movimento acontece de uma forma “metateórica”, de uma maneira mais proeminente com os estudos decoloniais e os estudos subalternos, em que a teoria mobilizada para analisar o fenômeno literário é questionada. Isso quer dizer que não basta olhar para as literaturas das nações não hegemônicas, mas de considerar também seus desdobramentos teóricos, em que o “subalterno”, para utilizar o termo de Gayatri Spivak (2010), fala por ele mesmo. Nesse caso, os sujeitos à margem tomam a palavra e enunciam um discurso teórico: a margem passa a ser um lócus de produção do conhecimento a partir de si mesma.

Para manter a metáfora geológica, esse terremoto mexe com a placa tectônica da literatura comparada. Esta passa então por questionamentos epistemológicos: como encontrar uma nova forma de fazer literatura comparada? Quais teorias mobilizar? Quais operadores de leitura? Quais objetos? Todos esses questionamentos são respondidos de diferentes formas. Spivak (2003) anuncia uma

morte para a literatura comparada, ou melhor, uma morte da disciplina como a conhecemos, para que ela dê espaço a uma nova forma de literatura comparada.

Uma das perspectivas que atravessam essa nova visão das ciências humanas é a de considerar o Sul Global como eixo orientador. É a partir disso que este artigo toma forma; assim, traço algumas reflexões sobre a literatura comparada a partir do que procuro chamar de comparatismo Sul-Sul, uma prática comparatista que se propõe a contemplar um trabalho intelectual orientado ao Sul Global.

Para dar cabo desse propósito, apresento, na primeira seção, definições e problematizações teóricas sobre o Sul Global. Na segunda seção, discorro sobre a intersecção entre o comparatismo e o Sul Global.

2 Nosso Norte é o Sul

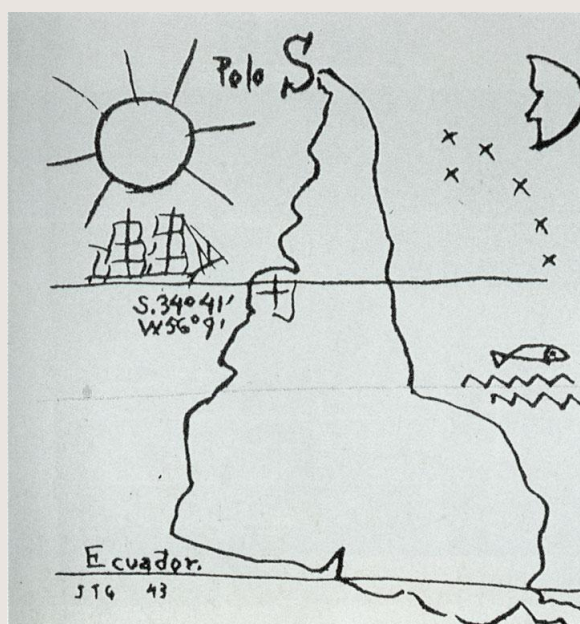


Imagem 1: "América Invertida", de Joaquín Torres García, de 1943. Disponível em:

<<https://historiasdasamericas.com/wp-content/uploads/2021/09/America-Invertida.jpg>>. Acesso em 04/05/2024.

Essa imagem é um desenho do uruguaio Joaquín Torres García feito ainda na primeira metade do século XX. O artista produz esta obra no contexto do que chamou de “Escuela del Sur”, no seu construtivismo universalista, visando práticas artísticas e culturais alicerçadas no Sul, nas tradições indígenas, procurando se limpar da colonialidade. Torres García diz que:

He dicho Escuela del Sur; porque en realidad, nuestro norte es el Sur. No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte (Torres García, 1944, loc. 237)².

A perspectiva de Torres García é uma clara investida de resistência à colonialidade. Ao inverter o mapa da América do Sul, o artista chama atenção para um redimensionamento de sentidos. A ideia de “Norte” é mobilizada como ponto de direção espacial e geopolítica, mas também como referência. Ou seja, a referência para o mundo é o Norte não apenas em um sentido proveniente da geografia física, mas das formas de pensar e agir no mundo. Assim, García Torres inverte a ordem colocada: o Sul, aquilo que está no outro lado do mapa, também pode ser referência, sobretudo pode ser referência de cosmovisão e de agência.

Tanto o desenho quanto o exercício intelectual de García Torres estão em consonância com as discussões sobre Sul e Norte Global no contexto das humanidades

tocado pelas matrizes de pensamento que questionam a ordem colocada pela colonialidade. A divisão Norte-Sul é, primeiramente, uma forma de segmentação social e econômica do mundo: ao Norte, os chamados países desenvolvidos, e ao Sul, os subdesenvolvidos e em desenvolvimento, estes também já referidos como “Terceiro Mundo”. Contudo, a linha do Equador não é a baliza para a classificação desses países: Austrália e Nova Zelândia, por exemplo, abaixo desta linha são classificadas como nações do Norte Global. Isso quer dizer que a divisão Sul-Norte não é erigida pelo seu posicionamento geográfico, mas pelas dinâmicas econômicas, políticas e sociais: localizar-se na paisagem simbólica do Norte é, então, uma posição de poder.

Essa divisão está arraigada na colonialidade, que organiza o mundo a partir de um modo eurocentrado de interpretação (Nascimento, 2009). Isto é, a Europa e as suas ressonâncias nos Estados Unidos, uma das expressões máximas do Norte Global, são alocadas em uma posição de dominação e superioridade, em detrimento dos territórios ao Sul. Como se pode ver a partir de Walter Mignolo (2017), a colonialidade se abre pela modernidade, pois esta é a narrativa de mundo perpetrada pela Europa se colocando como baliza para a história, para a organização social, para as dinâmicas de identidade e para os processos de subjetivação.

Com isso, demonstra-se que na matriz colonial de pensamento o Norte Global é a referência para os modos de vida e, conseqüentemente, para as suas formas de representação na cultura e nas artes, bem

² Tradução livre: “Tenho dito Escola do Sul; porque na realidade, nosso norte é o sul. Não deve a haver norte, para nós, senão por oposição ao nosso sul. Por isso agora colocamos o mapa ao contrário e então temos uma clara

ideia de nossa posição, e não como querem no resto do mundo. A ponta da América, a partir de agora, se prolonga, marca insistentemente o nosso sul”.

como nas formas de produção de conhecimento sobre o mundo. Logo, Sul e Norte Global são cartografias discursivas erigidas pela geopolítica da colonialidade.

O Sul Global passa a ocupar um lugar de destaque no debate intelectual a partir dos movimentos de independência que eclodem no século XX, as tensões na geopolítica global da Guerra Fria, as investidas do neocolonialismo e até a Conferência de Bandung. A partir desses dados da esfera social, dois debates teóricos tomam propulsão: os estudos decoloniais e os estudos subalternos. O primeiro é impulsionado pelo grupo Modernidade/Colonialidade, com autores como Walter D. Mignolo, Aníbal Quijano, Catherine Walsh e Boaventura de Sousa Santos, cujo propósito era justamente de problematizar a modernidade como a narrativa da colonialidade e, assim, repensar epistemologias. O segundo compreende a um grupo de intelectuais sul-asiáticos que erguem voz contra a colonialidade epistêmica, tem como dois dos seus membros mais conhecidos Ranajit Guha e Gayatri Spivak, esta que se destaca pelo debate do subalterno falar por ele mesmo.

Ambas as correntes teóricas, que encontram até certa confluência em determinados pontos, reivindicam uma nova geopolítica epistêmica. Isso quer dizer considerar e valorizar saberes e formas de produção do conhecimento dos países que se localizam no Sul Global. Assim, tais movimentos acabam por questionar a importação e imposição de epistemologias do Norte sem nenhum processo crítico.

Nesse filão, destaca-se o português Boaventura de Sousa Santos com o conceito de “Epistemologias do Sul”. No livro *O fim do império cognitivo*, de 2019, o autor pontua que

As epistemologias do Sul referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Chamo o vasto e muito diverso âmbito dessas experiências de Sul anti-imperial. Trata-se de um Sul epistemológico, não-geográfico, composto por muitos seus epistemológicos que têm em comum o fato de serem conhecimentos nascidos em lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São produzidos onde quer que ocorram essas lutas, tanto no norte geográfico como no sul geográfico. O objetivo das epistemologias do Sul é permitir que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e nos seus próprios termos, pois apenas desse modo serão capazes de o transformar de acordo com as suas próprias aspirações (Santos, 2019, p. 17).

As Epistemologias do Sul são, então, não uma unidade epistemológica, muito pelo contrário, são a própria diversidade epistêmica e que emergem de uma pluralidade de experiências e visões de mundo. Aqui é válido reiterar o que Aníbal Quijano (2000) considera como a colonialidade do poder, como esse processo de hierarquização social erigido por uma “pedra angular” que é a Europa. Esse processo leva à colonialidade do saber que anula e apaga os saberes dos povos dominados. Isto é, as Epistemologias do Sul são envoltas por um sentido de se reaproximar dos saberes do Sul Global que foram apagados e marginalizados pela colonialidade.

Dessa forma, o sujeito colonizado, ou sujeito subalterno, que aqui utilizo de forma simétrica, considerando suas aproximações, embora haja distanciamentos, é colocado em uma posição de produtor do saber. Isso acontece porque sua experiência de mundo, sua forma de ver e estar no mundo é validada e a partir daí os seus saberes também são. Esse

operativo se concretiza porque a colonialidade performa justamente na invalidação da experiência dos sujeitos do Sul e interdita a sua potência epistêmica.

Desse modo, a demanda colocada para as ciências humanas – me atenho a esse campo, pois é nele que se inscreve a literatura comparada – é de se repensar, de se reavaliar. Esse processo compreende revisar referências, modelos, teorias objetos, e métodos. Essa dinâmica tem como ponto referencial o Sul: fazer-se epistemologicamente a partir do Sul, ou seja, contemplar objetos, teorizar, evidenciar vozes teóricas, incluir métodos dos territórios alocados nessa cartografia simbólica que é o Sul Global.

3 Sentidos mais ao Sul

Talvez o primeiro grande abalo da literatura comparada depois da sua institucionalização como disciplina acadêmica tenha sido pelas discussões de René Wellek. Já posicionado na escola americana de literatura comparada, com uma abertura linguística e disciplinar, escreve em 1959 o texto “A crise da literatura comparada”. De início, aponta que o grande mérito da literatura comparada seria o “de combater o falso isolamento das histórias literárias nacionais” (Wellek, 2011, p. 121). Com isso quer dizer que a disciplina tem a grande virtude de romper com os estreitos e sólidos muros das literaturas nacionais, oportunizando a análise de uma literatura em perspectiva à outra.

Todavia, Wellek identifica um problema na metodologia então vigente balizada por um operativo de análise de fonte e influência. Essa dinâmica de identificar a presença de um escritor de uma literatura nacional em outra acaba por incorrer em uma espécie de contabilidade literária, em que uma cultura

passa a “dever” a outra em termos de estilos, motivos e temas. Nessa dinâmica, era muito comum estudos como “a presença de Balzac na literatura brasileira”, por exemplo, em que se colocava, nessa situação, a nossa literatura vernácula em uma posição devedora à literatura francesa. Nos termos de Wellek,

A tentativa de restringir a “literatura comparada” a um estudo do “comércio exterior” ente literaturas é certamente infeliz. A literatura comparada seria, em seu objeto de estudo, um conjunto incoerente de fragmentos não relacionados: uma rede de relações constantemente interrompidas e separadas dos conjuntos significativos. O *comparatista qua comparatista*, neste sentido limitado, só poderia estudar fontes e influências, causas e efeitos, e seria impedido, até mesmo, de investigar uma única obra de arte em sua totalidade, uma vez que nenhuma obra pode ser inteiramente reduzida a influências externas ou considerada um ponto irradiador de influência sobre países estrangeiros apenas (Wellek, 2011, p. 121).

Esse modelo criticado por Wellek pode ser expandido para essa relação entre literaturas do Sul e literaturas do Norte. Se a estrutura analítica é baseada em um sistema de fonte e influência que resulta em crédito e débito, ao aproximar as literaturas sulistas, das ex-colônias europeias, às literaturas nortistas, dos impérios coloniais, incorrerá em uma hierarquização entre a suposta fonte europeia e a influenciada literatura do Sul. E, como se sabe, os processos de hierarquização são braço da colonialidade que, nesse contexto, verticaliza culturas balizando-as pelo eurocentrismo. Aliás, a desconstrução de hierarquias culturais, depois de mais de cinquenta anos da emergência dos estudos culturais, é matéria que caminha para sua pacificação nos estudos literários.

Isso não significa, de maneira alguma, ignorar ou abandonar projetos de nação e

investidas necessárias de fortalecimento da identidade nacional em um movimento de resistência ao imperialismo. Embora Wellek não tenha uma preocupação com a colonialidade, ele aponta que “poderemos continuar ainda bons patriotas e até mesmo nacionalistas, mas o sistema de créditos e débitos deixará de ser importante” (Wellek, 2011, p. 131). Isso significa que não há problema em ter a nação como um operador de análise, mas sem cair nesse sistema tributário de uma literatura em relação a outra.

Depois disso, o modo de praticar o comparatismo procurou abolir do seu léxico teórico os termos fonte e influência. Desse modo, passa-se a privilegiar convergências semióticas, por exemplo, em que se analisam confluências e divergências em processos de construção do sentido na materialidade literária. Aliás, não é mais apenas literária. Nas décadas que seguiram, outras materialidades de sentido, como as artes plásticas, cinema, teatro, outras artes de uma maneira geral, e outras disciplinas também, como o discurso filosófico e historiográfico, passam a orbitar o horizonte de interesse da literatura comparada.

Gayatri Spivak (2003), em *Death of a discipline*, como sugere no próprio título, anuncia a agonia da literatura comparada. Este talvez seja um dos pontos centrais do processo da disciplina se repensar e de se reposicionar como tal a partir dos elementos já elencados. O que a autora indiana executa nesse debate é um movimento duplo: primeiramente retrospectivo seguido de um prospectivo. É retrospectivo pois olha para o passado da disciplina que dá seus últimos respiros em face da revisão da tradição acadêmica europeia/estadunidense. É prospectivo por pensar uma possibilidade de futuro para a matéria, colocando-se como uma forma de

treinamento da imaginação oferecida pela abertura ao outro. Rita Terezinha Schmidt (2005, p. 113) organiza esse aspecto do empreendimento teórico de Spivak nos seguintes termos:

A literatura comparada está morta. A literatura comparada ainda está por vir. É jogando com o paradoxo gerado na relação entre essas afirmações axiomáticas que Gayatri Spivak em seu *Death of a Discipline* desenvolve uma reflexão retrospectiva e prospectiva da Literatura Comparada. Se, por um lado, Spivak interpela o(a) leitor(a) a ler seu livro como o último sopro de uma disciplina agonizante segundo os parâmetros de uma tradição cuja genealogia se construiu por afiliações intelectuais no eixo Europa/Estados Unidos e que fomentou o colonialismo de línguas nacionais de pertencimento europeu, por outro, projeta a premência de seu futuro como uma nova literatura comparada, comprometida com a humanização do ensino via o treinamento da imaginação em direção a outridade.

Ao longo do texto de Spivak podemos localizar alguns gatilhos para que essa reflexão fosse proposta. Primeiramente, há o contexto de um novo desenho do mapa das sociabilidades e das mobilidades culturais desenrolado a partir da Guerra Fria, em que os projetos nacionais são ressignificados. Academicamente, isso impulsiona, sobremaneira nos Estados Unidos, ao desenvolvimento dos “*area studies*”, campos de pesquisa com um forte apelo inter e multidisciplinar organizados a partir do recorte de uma região geográfica, envolvendo diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais. Para exemplificar, pode-se citar os estudos latino-americanos, que irão ter em seu escopo o estudo de aspectos geográficos, sociológicos, históricos, culturais, artísticos e linguísticos dessa região. Outro dado perceptível é o destaque do multiculturalismo naquele cenário, também interseccionado aos

estudos culturais, étnicos e pós-coloniais, que impactam na forma de conceber as práticas culturais nas universidades.

Spivak (2003) entende que já era um esforço da literatura comparada a desestabilização das fronteiras nacionais, em uma rearticulação linguística e não nacional, com a introdução da anglofonia, lusofonia e francofonia, por exemplo, em que o foco recairia não na literatura de um país, mas de uma comunidade linguística. A autora entende que, nesse novo contexto, é hora de dar um passo adiante, de ir além das línguas coloniais, nos termos da autora: “*We must take the languages of the Southern Hemisphere as active cultural media rather than as objects of cultural study*” (Spivak, 2003, p. 09)³. Em minha leitura, entendo que essa asserção de Spivak tem dois desdobramentos: o primeiro reside em compreender que há uma demanda de se considerar as práticas culturais em línguas do Sul; o segundo, na ideia de considerar a potência dessas línguas, isto é, a sua produtividade enquanto instância simbólica de produção de sentidos a partir de experiências do Sul.

Nesse quesito, entendo que não seja somente ir além das línguas europeias coloniais na direção das línguas africanas, orientais, ou indígenas, mas também de redimensionar as línguas coloniais articuladas às vozes do Sul Global. Com isso, quero dizer da pragmática que se abre pelo uso das línguas europeias no Sul, de sujeitos do sul que têm as línguas europeias como dispositivo de significação do mundo. É de se observar sobre a relação do sujeito colonizado e a língua o que Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1995), em *The Post-Colonial Studies Reader*, consideram: há duas

posturas diante dessa equação, a rejeição ou a subversão. Assim, há a postura de rejeitar a língua do colonizador, como no caso de Ngugi Wa Thiong’o, cujo fazer literário é atravessado pela ideia de que essa rejeição é crucial para a concretização de projetos anticoloniais e então passa a escrever na língua gĩkũyũ. A segunda opção concebe a subversão da língua, como em Chinua Achebe, em que Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1995) analisam a postura do autor de *Things fall apart* cruzada pelo pensamento de que a língua do colonizador, no caso o inglês, possa ser modulada de tal forma a sustentar a tessitura de uma experiência diferente daquela do colonizador. Ademais, os autores entendem que ao utilizar a língua colonial para expressar a experiência de mundo do colonizado, emerge uma nova língua.

É exemplo desse cenário no Brasil o que Lélia Gonzalez (1984), em seu artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, chama de pretuguês. Essa categoria linguística diz respeito à africanização da língua portuguesa a partir do contato da língua europeia, imposta às pessoas escravizadas, com as línguas e as culturas africanas. A autora aqui considera a subversão da língua também nas relações sociais, da mãe preta que ensina o pretuguês à criança branca. Essa modulação linguística ressona na literatura e talvez um dos seus exemplos de maior projeção seja Carolina Maria de Jesus. A escritora dos célebres diários da favela executa a representação da experiência de uma mulher negra marginalizada pela engrenagem social da colonialidade a partir de um material linguístico subversivo: o pretuguês, essa expressão linguística que é insubordinada à norma da língua colonial e assim é por eivar o

³ Tradução livre: “Nós devemos tomar as línguas do Hemisfério Sul como mídias culturais ativas em vez de objetos de estudo cultural”.

discurso com a experiência e o capital simbólico afro-brasileiro.

Voltando a Spivak, considera-se que a mirada ao Sul seja um ponto estratégico dessa nova literatura comparada. Uma vez que essa perspectivação de práticas simbólicas do Sul leva ao que seja o propósito desse novo modelo comparatista: o treinamento do olhar. Nos termos da autora, “*Here we stand outside, but not as anthropologist; we stand rather as reader with imagination ready for the effort of othering, however imperfectly, as an end in itself*” (Spivak, 2003, p. 13)⁴. Adiante, Spivak entende o treinamento da imaginação como “*the great inbuilt instrument of othering*” (Spivak, 2003, p. 13)⁵. Isso quer dizer que a literatura comparada, ao olhar para as práticas culturais que escapam à forma europeia em busca de outras formas de produção de sentido, tem o poder de treinar a imaginação. Esse treinamento da imaginação pode ser entendido como uma oferta de alteridade, pois pelo contato com o texto literário, efetivado no ato da leitura, o leitor tem, diante de si, a experiência do outro, que neste caso é o sujeito marginalizado pela colonialidade.

O treinamento da imaginação assim concretizado pode se tornar via para a alteridade planetária. Spivak tem predileção pelo termo planetário em vez de global: “*I propose the planet to overwrite the globe. Globalization is the imposition of the same system of exchange everywhere*” (Spivak, 2003, p. 72)⁶. A ideia de uma alteridade planetária se constitui como o contato com o outro em uma relação de ruptura de fronteiras, mas que escapa da retórica homogeneizante da

globalização. Assim é que se concretiza essa nova literatura comparada, como uma oferta de ampliação de capital simbólico que desestabiliza o olhar, que treina a imaginação dos leitores na direção da experiência do outro e da diversidade.

A partir dessas discussões fica um tanto evidente o caminho que se abre pelas considerações de Spivak e esta via é sedimentada por um movimento que reconsidera o espaço das culturas dominantes em benefício das culturas marginalizadas. A literatura comparada, nesse contexto, se fortalece e se reinventa a partir de sentidos do Sul.

A autora egípcia Hala Halim (2012), no artigo “*Lotus, the Afro- Asian Nexus, and Global South Comparatism*”, coloca uma lente de aumento da via aberta por Spivak. Enquanto a autora indiana abre a perspectiva do Sul, também está interessada em uma “pré-história” da literatura comparada em que desloca o centro de referência europeu da disciplina – Madame de Staël, Goethe e Hugo Meltzl – para a Europa Muçulmana e o cosmopolitismo árabe-persa, por exemplo. A partir desse ensejo, Halim eleva à potência máxima o comparatismo feito no Sul Global, a partir da análise do periódico *Lotus*, especializado no estudo e na circulação de literaturas afro-asiáticas. Ao longo de sua análise, pode-se perceber que a preocupação de Halim reside na produção da prática comparatista. Assim, o que a autora chama de comparatismo do Sul Global pode ser lido como a prática comparatista do Sul em um

⁴ Tradução livre: “Aqui nos posicionamos do lado de fora, mas não como antropólogos; nos posicionamos mais como leitores com uma imaginação aberta à outridade, contudo imperfeitamente, como um fim em si mesma”.

⁵ Tradução livre: “o grande instrumento intrínseco da outridade”.

⁶ Tradução livre: “Proponho que planeta sobrescreva globo. A globalização é a imposição dos mesmos sistemas de câmbio em todos os lugares”.

movimento descentrado da literatura comparada de base europeia-americana.

No Brasil, é de se destacar o esforço intelectual de Benjamin Abdala Junior (2012), em *Literatura comparada e relações comunitárias, hoje*, de concatenar os esforços entre os fenômenos culturais e as dinâmicas geopolíticas a partir de uma aproximação com a literatura comparada. O professor da Universidade de São Paulo entende que no círculo acadêmico brasileiro ainda impera a importação de teorias europeias e norte-americanas, posição que não necessariamente acompanha perspectivas políticas do país, uma vez que o Brasil liderou várias iniciativas de integração política no eixo Sul-Sul. Uma chave para isso é a ideia do comunitarismo, como explica o autor:

O comunitarismo afirma-se, na atualidade, envolvendo pluralidade nas articulações políticas, pautadas sempre pela supranacionalidade. Relevante, nas novas configurações dos antigos desenhos dos sonhos republicanos, é o que já vem ocorrendo, muitas vezes ainda faltando maior empenho: as interlocuções comunitárias como bases para a ação política na forma de blocos, com linhas de ação amplas, da vida econômica à cultural. Blocos politicamente mais eficazes para estabelecer contrapontos às assimetrias dos fluxos hegemônicos supranacionais do novo imperialismo, e também em suas correspondências nacionais e/ou, mesmo, estratificações nacionais (Abdala Junior, 2012, p. 11).

A partir desse viés, erige-se a perspectiva de estabelecer redes Sul-Sul, blocos transnacionais alinhados ao Sul. Dessa forma, o que se abre para a literatura comparada é um vasto campo para análise de uma prolífica produção literária que emerge desse recorte geográfico e social. Assim, o pensamento de Abdala Junior alinha a prática comparatista à

política, se aproximando do empreendimento intelectual de Spivak.

Fernanda Dusse (2019), no artigo “*Por uma crítica literária do Sul global*”, a partir da análise de diversas vozes teóricas, identifica que nas universidades brasileiras, por mais que se tenha dado vazão às literaturas do Sul, estas são colocadas sob um enfoque analítico de teorias europeias e norte-americanas. Sobre essa questão, a autora levanta dados que mostram que a literatura comparada precisa se colocar de uma maneira mais incisiva nesse problema: ela precisa construir relações socioculturais mais sólidas a partir do Sul Global. Isso se dá pela observação de que o comparatismo brasileiro focou, por muito tempo, nas relações entre o Brasil e o eixo Europa-Estados Unidos, colocando-o em uma posição periférica. As outras duas outras perspectivas que mais se destacaram, na análise da autora, concernem à relação Brasil-América Latina, em que o país também ocupa uma periferia linguística – por falar português e não espanhol –, e a relação Brasil-PALOPS, em que ocupa uma posição de periferia geográfica – por estar na América e não na África –.

A perspectiva vista por Dusse (2019) é embasada na união entre empreendimentos intelectuais e posturas políticas centradas no Sul Global. Nos termos da autora, dessa união,

o descompasso entre o momento atual e aquele em que a política internacional do Brasil se pautava pela cooperação Sul-Sul não invalida a escolha pelo comparatismo entre países periféricos. Pelo contrário, em oposição a escolhas políticas que descaracterizam nosso ideal de justiça, o Sul global pode se manter como um projeto de integração entre países diversos, tendo por base o reconhecimento de nossas condições históricas, geográficas, políticas e sociais e almejando um futuro – talvez utópico – em que as relações entre os povos seriam marcadas pela cooperação e pelo respeito (Dusse, 2019, p. 167).

Com base nesses pontos é possível observar alguns denominadores comuns aos autores que foram trazidos à discussão envolvendo comparatismo e Sul Global – Spivak (2003) e a sua leitura feita por Schmitd (2005), Halim (2012), Abdala Junior (2012) e Dusse (2019): necessidade de revisão epistemológica da literatura comparada; relação entre prática comparatista e perspectiva política anticolonial; demanda de considerar as literaturas do Sul pelas análises da literatura comparada; urgência de articulações teóricas com base nas epistemologias do Sul.

Considero nomear esse cenário epistêmico – e político – como comparatismo *Sul-Sul*. Esse conceito congrega as demandas apresentadas à disciplina, ou seja, o *comparatismo Sul-Sul* é a prática comparatista conscientemente politizada em benefício das articulações anticoloniais concretizada pelo exercício analítico das literaturas do Sul Global a partir de teorias do Sul e realizado por sujeitos do Sul. Isto é, colocar o Sul como referência em todos os vetores da cena de produção do conhecimento: a motivação política, os objetos estudados, as teorizações mobilizadas e os sujeitos produtores do discurso resultante desse processo.

4 Considerações finais

A literatura comparada, sempre, independente da arqueologia que fizemos da disciplina, é imbuída de um anseio pela ruptura de fronteiras. Pode ser, como na literatura comparada europeia ortodoxa, o alargamento das fronteiras dos Estados-Nação, como também as fronteiras disciplinares, abrindo-se a outros campos do conhecimento, e as fronteiras semióticas, considerando outras

formas de produção de sentido para além do texto literários.

A demanda que se coloca ao comparatismo neste momento histórico é impelida pela perspectiva política de revisar as bases epistemológicas da disciplina em um cenário que não é único da literatura comparada. Desde os estudos culturais e pós-coloniais até os estudos decoloniais e subalternos, as humanidades têm se redesenhado enquanto disciplinas. Objetos, teorias e metodologias têm sido reavaliados em um sentido de incluir manifestações desses vetores antes marginalizadas do escopo científico pela máquina da colonialidade. É a partir disso que o Sul Global, historicamente dominado e violentado pelas potências imperiais e coloniais do Norte, entra na cena. As epistemologias do Sul, então, passam a ser consideradas como estratégia para esse redimensionamento epistêmico.

Na literatura comparada vários autores já trataram desse problema, dentre os quais Spivak destaca-se pela sua projeção teórica e política. A autora indiana, concatenando a prática da teoria e a postura política, aponta novos caminhos para a disciplina a partir de desdobramentos que fogem ao eixo dominante Europa-Estados Unidos. Diferentes vozes teóricas são somadas à enunciação de Spivak, surgindo uma proposta de literatura comparada voltada ao Sul Global. A partir disso pude observar alguns denominadores comuns nesses esforços intelectuais, como a relação entre teoria e política, análise de objetos culturais do Sul, a necessidade da produção teórica do Sul ser a chave de leitura para as análises empreendidas e a posição do sujeito produtor do conhecimento. Ao olhar para esses vetores, tentei colocá-los sob o mesmo conceito, o de *comparatismo Sul-Sul*, que modaliza a confluência desses elementos que

colocam o Sul Global como ponto de referência para a prática comparatista.

REFERÊNCIAS

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Literatura comparada e relações comunitárias, hoje**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **The post-colonial studies reader**. London: Routledge, 1995.

DUSSE, Fernanda. Por uma crítica literária do Sul global. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 29, n. 3, p. 151-168, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HALIM, Hala. Lotus, the Afro-Asian Nexus, and Global South Comparatism. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, v. 32, n. 3, p. 563-583, 2012.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. e329402, 2017.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. A modernidade vista desde o Sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. **Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**, v. 2, n. 1, p. 1-19, 2009.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder y clasificación social". **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Alteridade planetária: a reinvenção da literatura

comparada. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 7, n. 7, p. 113-130, 2017.

SPIVAK, Gayatri. **Death of a discipline**. New York: Columbia University Press, 2003.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TORRES GARCÍA, Joaquín. **Universalismo constructivo**. Edição Kindle. Buenos Aires: Ed. Poséidon, 1994.

WELLEK, René. A crise da literatura comparada. Trad. Maria Lúcia Rocha-Coutinho. In. COUTINHO, Eduardo F.; CARVALHAL, Tania (Org). **Literatura comparada: textos fundadores**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. p. 133-161.